



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

LEI Nº 885

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Pitanga organiza o Quadro Próprio do Magistério para as séries iniciais do Ensino Fundamental e é instituído com fundamento nos princípios da valorização e do desenvolvimento profissional, de acordo com a estrutura e o planejamento definidos nesta Lei.

Art. 2º. Integram a Carreira do Magistério, nos sistemas de ensino público, os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Art. 3º. O Município incumbir-se-á de oferecer e manter a Educação Infantil de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Art. 4º. Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - QPM: Quadro Próprio do Magistério;

II - Cargo Público: conjunto de atribuições e responsabilidades conferidas ao integrante do QPM, caracterizado pelo seu grupo ocupacional, definido pelo conjunto de cargos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou grau de conhecimento necessário ao exercício;

III - Atividades inerentes à educação ou nela incluídas: a administração, o ensino, a pesquisa, as especialidades na educação, a recreação e outras que o regulamento desta Lei estipular;

IV - Área de atuação: campo de trabalho onde atua ou atuará o ocupante do cargo ou onde exerce a sua função;



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

V - Função: conjunto de atribuições e responsabilidades específicas conferidas aos ocupantes do cargo de professor de ensino fundamental, séries iniciais, educação infantil, aos especialistas, assessores técnicos pedagógicos e auxiliares administrativos;

VI - Nível: posicionamento gradual de forma horizontal, dentro da Tabela de Vencimentos, de acordo com o tempo de serviço e merecimento;

VII - Padrão de Referência: código que identifica e posiciona o profissional integrante do QPM, de forma vertical, dentro da Tabela de Vencimentos, de acordo com o seu grau de habilitação profissional específica.

TÍTULO II **DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO**

CAPÍTULO I **DOS CARGOS, FUNÇÕES, PADRÕES DE REFERÊNCIA E NÍVEIS**

Art. 5º. Os cargos do Quadro Próprio do Magistério serão providos, segundo o Estatuto do Magistério do Município de Pitanga, mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 6º. Os Padrões de Referência para posicionamento ou enquadramento do professor integrante do QPM são os seguintes:

I - Padrão de Referência I: ensino médio completo na modalidade Normal;

II - Padrão de Referência II: ensino médio completo na modalidade Normal, mais 1 (um) ano de estudos adicionais na área de Magistério;

III - Padrão de Referência III: ensino médio completo na modalidade Normal, acrescido de licenciatura curta, obtida em curso de grau superior na área de Educação;

IV - Padrão de Referência IV: ensino médio completo na modalidade Normal, acrescido de licenciatura plena, obtida em grau superior na área de Educação;

V - Padrão de Referência V: ensino médio completo na modalidade Normal, acrescido de habilitação específica em grau superior, mais curso de pós-graduação na área de Educação e cursos subsequentes, mestrado e doutorado.

Art. 7º. O Quadro Próprio do Magistério estruturar-se-á na observância das₂



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

áreas de atuação, assim estabelecidas:

I - Área de Atuação Geral: Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental, séries iniciais, com profissionais de Padrão de Referência I, II, III, IV e V;

II - Área de Atuação em Educação Física: Educação Física para o Ensino Fundamental, com profissionais de:

a) Padrão de Referência IV: habilitação específica em grau superior, obtida em curso de licenciatura plena em Educação Física;

b) Padrão de Referência V: habilitação específica em grau superior, obtida em curso de licenciatura plena em Educação Física, acrescida de curso de pós-graduação na área de Educação e cursos subseqüentes, mestrado e doutorado;

III - Área de Atuação Específica em Educação - Supervisor Educacional:

a) Padrão de Referência IV: ensino médio completo na modalidade Normal, mais formação em grau superior em Pedagogia com habilitação específica em Supervisão Escolar;

b) Padrão de Referência V: ensino médio completo na modalidade Normal, mais formação em grau superior em Pedagogia com habilitação específica em Supervisão Escolar, acrescido de curso de pós-graduação ou cursos subseqüentes, mestrado ou doutorado, na área de Educação;

IV - Área de Atuação Específica em Educação - Orientador Educacional:

a) Padrão de Referência IV: ensino médio completo na modalidade Normal, mais formação em grau superior em Pedagogia com habilitação específica em Orientação Educacional;

b) Padrão de Referência V: ensino médio completo na modalidade Normal, mais formação em grau superior em Pedagogia com habilitação específica em Orientação Educacional, acrescido de curso de pós-graduação ou cursos subseqüentes, mestrado ou doutorado, na área de Educação.

Parágrafo único. A experiência docente mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções do magistério, que não a de docência, será de 02 (dois) anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado.



CAPÍTULO II DO QUADRO AUXILIAR DO MAGISTÉRIO

Art. 8º. Ficam criados e oficializados dois cargos de caráter auxiliar no desenvolvimento do ensino, fora da docência, com tantas vagas quanto as necessárias, que são:

I - Assessor Técnico Pedagógico: cargo para os auxiliares do magistério que atuarão na área de Planejamento, Inspeção e Coordenação, na Secretaria de Educação e Cultura;

II - Auxiliar Administrativo/Educação: cargo para os auxiliares que atuarão na área de Administração e Documentação, junto à Secretaria de Educação e Cultura e às escolas.

§ 1º. O provimento desses cargos será feito por nomeação, após concurso público de provas e títulos, ou por aproveitamento de pessoal já lotado, reenquadrado de acordo com esta Lei ou transferido de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, ou outra forma legal.

§ 2º. Os ocupantes desses cargos a serem criados terão tabela de padrão de referência, níveis e vencimentos, e receberão remuneração junto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art 9º. Os padrões de referência para posicionamento ou enquadramento dos auxiliares do magistério aos cargos criados de acordo com o art. 8º, são os seguintes:

I - Assessor Técnico Pedagógico:

a) Padrão de Referência I: ensino médio completo na modalidade Normal, acrescido de curso de graduação em nível de 3º grau, concluído ou iniciado em 1998;

b) Padrão de Referência II: ensino médio completo na modalidade Normal, acrescido de curso de graduação em nível de 3º grau, mais curso de pós-graduação em Educação;

c) Padrão de Referência III: ensino médio completo na modalidade Normal, acrescido de curso de graduação em nível de 3º grau, mais curso de pós-graduação e mestrado em Educação;

II - Auxiliar Administrativo/Educação:



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

- a) Padrão de Referência I: ensino médio completo;
- b) Padrão de Referência II: ensino médio completo, acrescido de curso de graduação em nível de 3º grau;
- c) Padrão de Referência III: ensino médio completo, acrescido de graduação em nível de 3º grau, mais curso de pós-graduação e mestrado.

Parágrafo único. A experiência mínima para o exercício profissional de qualquer das funções pertinentes aos cargos de assessor técnico pedagógico e auxiliar administrativo será de dois anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO

Art. 10. Progressão é a elevação de nível ou padrão de referência do integrante do Quadro Próprio do Magistério, dentro das tabelas de padrões, níveis e vencimentos.

Art. 11. Constituirão incentivos de progressão por qualificação de trabalho docente:

- I - dedicação exclusiva ao cargo no sistema de ensino;
- II - desempenho no trabalho mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional;
- III - qualificação em instituições credenciadas;
- IV - tempo de serviço na função docente;
- V - avaliações periódicas de aferição de conhecimentos, de docência e pedagógico.

Art. 12. A promoção por progressão horizontal dar-se-á com a elevação de nível na tabela de níveis e vencimentos, dentro do respectivo padrão de referência em que está posicionado o integrante do Quadro Próprio do Magistério e ocorrerá por antigüidade e merecimento.

§ 1º. Por antigüidade entende-se o tempo de exercício do cargo no serviço



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

ativo.

§ 2º. Por merecimento entende-se a demonstração do docente ou do especialista em educação, do correto exercício de suas atribuições, preenchidos ainda os requisitos essenciais de disciplina e avaliação de desempenho.

§ 3º. A primeira progressão dar-se-á apenas por antigüidade e ocorrerá aos 03 (três) anos de exercício, incluído o estágio probatório, e as demais, a cada 02 (dois) anos.

§ 4º. A avaliação de desempenho será realizada segundo critérios definidos nesta Lei e tem por finalidade aferir objetivamente o resultado do trabalho efetivo do Profissional em sua área de atuação.

Art. 13. Para o professor ou especialista de educação ser promovido por merecimento para o nível subsequente de seu padrão de referência deverá, no prazo estabelecido, completar 120 (cento e vinte) pontos, conforme o estabelecido no Anexo I deste Plano de Carreira e Remuneração, em avaliação aplicada por Comissão nomeada pelo Executivo Municipal.

§ 1º. A Comissão a que se refere o caput deste artigo será constituída por 6 (seis) membros, composta paritariamente por:

I - representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - professores indicados pela categoria;

III - diretor, supervisor ou orientador educacional da escola onde o profissional de educação estiver lotado.

§ 2º. O regulamento desta Lei definirá critérios objetivos e quantitativos na aplicação da Tabela I do Anexo I, parte integrante da mesma.

Art. 14. O profissional de educação que discordar do resultado de sua avaliação poderá, no prazo de 10 (dez) dias, interpor recurso administrativo dirigido a uma Comissão especialmente designada, constituída de 03 (três) pessoas, onde estará incluído 01 (um) representante da categoria.

§ 1º. Não serão incluídos benefícios que impliquem afastamento da escola, tais como: faltas abonadas, justificadas ou licenças não previstas na Constituição Federal.

§ 2º. A Comissão a que se refere este artigo emitirá parecer conclusivo dentro de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento do recurso.



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

Art. 15. As avaliações para que se efetue a progressão horizontal serão processadas no primeiro quadrimestre do ano, efetivadas em abril, para entrar em vigor em maio do mesmo exercício.

Art. 16. Por progressão vertical entende-se a passagem imediata do padrão de referência dentro da Tabela de Vencimentos, do posicionado para o posterior, atingido o grau de formação exigido para o novo padrão de referência.

§ 1º. Para obter a progressão vertical, o integrante do Quadro Próprio do Magistério deverá requerê-la, juntando a documentação necessária e comprobatória de sua formação, até o último dia útil do mês de janeiro.

§ 2º. O integrante do Quadro Próprio do Magistério ocupará no novo padrão de referência, a que fez jus, nível equivalente ou correspondente ao que ocupava no padrão de referência anterior.

Art. 17. No mês de abril do ano em que se completarem 02 (dois) anos de vigência desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Secretaria de Administração, por seu Departamento de Recursos Humanos, e os órgãos representativos da categoria instituirão uma comissão destinada a promover os levantamentos necessários à implantação da progressão para vigorar no mês de maio.

Art. 18. Não obterá a progressão horizontal ou a vertical o integrante do Quadro Próprio do Magistério que:

- I - estiver em estágio probatório;
- II - estiver aposentado;
- III - estiver em disponibilidade;
- IV - estiver em licença para tratar de interesse particular;
- V - estiver no período de interstício a que se refere o art. 14 desta Lei;
- VI - tenha sofrido punição disciplinar;
- VII - estiver em afastamento por período que não seja considerado de efetivo exercício, nos termos da lei que instituiu o Estatuto do Magistério Municipal;
- VIII - estiver nos casos de afastamentos para:



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

- a) desempenho de mandato classista;
- b) exercício de mandato eletivo da União, do Estado ou do Município;
- c) exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios.

Art. 19. O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada e de mandato classista, dentro da educação, não impede o avanço horizontal ou o vertical.

CAPÍTULO IV **DAS NORMAS GERAIS DO ENQUADRAMENTO**

Art. 20. O enquadramento do integrante do Quadro Próprio do Magistério será determinado pela função exercida quando da entrada em vigor desta Lei e pela correlação existente entre os respectivos cargos na forma dos anexos II e III, partes integrantes.

Art. 21. Os profissionais integrantes do Quadro Próprio do Magistério serão posicionados nos respectivos padrões de referência, na forma prevista nos artigos 6º, 7º e 8º desta Lei.

CAPÍTULO V **DOS DIRETORES DE ESCOLAS E DE CRECHES**

Art. 22. A função de diretor de escola e de creche, identificada pelos símbolos FGD e FGDC, respectivamente, compreende aquela a qual estejam inerentes atividades de direção, envolvendo a administração, a organização, a orientação do funcionamento e a articulação entre os diversos setores do estabelecimento com a comunidade, e será exercida por integrante do Quadro Próprio do Magistério, designado pelo chefe do Poder Executivo, devendo para o exercício da função ter como qualificação mínima a formação em Magistério, para a direção de creche, e a graduação em Pedagogia ou pós-graduação, nos termos do art. 64 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para a direção de escola.

§ 1º. O município terá prazo de 04 (quatro) anos, a contar de 20 de 8



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

dezembro de 1.997, para concretizar o cumprimento da determinação referente à qualificação mínima exigida para a função de diretor de escola.

§ 2º. Dentro do prazo previsto no parágrafo anterior, será admitido para o exercício da função de diretor de escola o profissional do QPM que tiver concluído grau superior em áreas específicas de educação ou vier a concluí-lo no período.

§ 3º. Para escolas em locais onde não haja profissional habilitado em grau superior, será admitido aquele que iniciar grau superior nos anos de 1998/1999.

§ 4º. Para a qualificação exigida ao diretor de creche, será assegurado o prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 23. Findo o período de designação, o ex-diretor terá assegurada a sua lotação na mesma unidade escolar e a redução de sua jornada de trabalho, com vencimentos equivalentes.

Parágrafo único. Não serão permitidas incorporações de quaisquer gratificações por funções aos proventos de aposentadoria dos profissionais do Quadro Próprio do Magistério.

Art. 24. O Diretor terá mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um período de mandato, ao fim do qual deverá ser substituído.

Parágrafo único. A retirada da FGD do diretor, de forma automática, e a redução da jornada de trabalho, não caracterizam redução de vencimento.

CAPÍTULO VI **DO PROVIMENTO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 26. Os cargos do Quadro Próprio do Magistério são os mantidos, criados ou estabelecidos por esta Lei e serão providos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, admitidas formas simplificadas de seleção pública que assegurem igualdade de oportunidades aos candidatos ao ingresso, valorizando-se o mérito e a qualificação, em caso de contrato temporário, para eventuais substituições.

Parágrafo único. Os concursos públicos para o ingresso na carreira do Magistério serão realizados pelo menos de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, de acordo com as necessidades do Município e a existência de vagas.

Art. 27. A nomeação para cargo de provimento efetivo no QPM dar-se-á exclusivamente ao nível inicial de carreira, observando-se ainda a qualificação e o padrão,



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

de referência conforme a tabela de padrões, níveis de vencimentos, Anexos II e III, partes integrantes.

§ 1º. Será integrante do Quadro Próprio do Magistério, o profissional que for considerado apto para a função ou cargo, após estágio probatório de 02 (dois) anos.

§ 2º. O Estágio Probatório ocorrerá após a posse por nomeação e a investidura permanente ou definitiva no cargo ou função ocupados.

§ 3º. A avaliação de desempenho e da aplicação do profissional será feita durante e ao final do estágio probatório, da forma e critérios que o regulamento estipular.

§ 4º. A desaprovação do profissional em estágio probatório acarretará a sua exoneração antes do final do período de 02 (dois) anos, assegurada a sua ampla defesa.

CAPÍTULO VII DA LOTAÇÃO

Art. 28. O Plano de Lotação para o Quadro Próprio do Magistério será aprovado por decreto, a partir da proposta do Departamento de Recursos Humanos à Secretaria Municipal de Administração, fundamentado nos levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1º. O integrante do QPM não poderá em hipótese alguma ter exercício em outra área, que não a do Magistério, salvo quando a cedência ocorrer sem ônus para o sistema de ensino.

§ 2º. Os servidores do Quadro Próprio do Magistério serão lotados exclusivamente na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 29. A nomeação para a primeira investidura obedecerá ordem rigorosa de classificação em concurso público.

§ 1º. A nomeação dependerá de aptidão aferida em exame de saúde por órgão competente do Município, garantindo a nomeação do portador de deficiência com capacidade de exercício atestado.

§ 2º. Os candidatos classificados no concurso serão chamados no prazo de 15 (quinze) dias da publicação do Edital, devendo no dia da apresentação fazer a escolha do local onde prestarão serviços, obedecida a ordem de classificação.



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

§ 3º. O não comparecimento do candidato no dia e hora de apresentação sem justificativa por escrito, apresentada dentro de 48 (quarenta e oito) horas, implicará na perda do direito à nomeação.

§ 4º. Observado o prazo do parágrafo 2º, é facultado ainda ao candidato o pedido de deslocamento para o final da ordem de classificação ou o comunicado oficial e formal de sua desistência ao direito adquirido pelo concurso.

TÍTULO IV DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO

Art. 30. Além dos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos, constituem direitos dos profissionais do ensino:

I - o acesso a informações educacionais, bibliografia, material didático e outros instrumentos, bem como assessoria psicopedagógica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e a ampliação de seus conhecimentos;

II - a oportunidade de afastamento, com ou sem vencimentos, para frequentar cursos de graduação e pós-graduação, atualização e especialização profissional, conforme regulamentação própria;

III - a disposição no ambiente de trabalho, de instalações e material técnico-pedagógico, suficientes e adequados, para que exerçam com eficiência suas funções;

IV - a remuneração de acordo com padrão de referência, tempo de serviço e regime de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei;

V - a igualdade de tratamento no plano administrativo pedagógico, independentemente de seu vínculo funcional;

VI - a participação, como integrante do Conselho Escolar ou Associação de Pais e Mestres, nos estudos e deliberações que afetem o processo educacional;

VII - a liberdade de expressão, manifestação e organização em todos os níveis, especialmente na unidade escolar;



VIII - a participação no processo de planejamento, execução e avaliação das atividades;

IX - a reunião na unidade escolar, para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares;

X - a igualdade de tratamento, sem preconceito de raça, cor, religião, sexo ou qualquer forma de discriminação em decorrência do exercício profissional.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 31. Além de outras vantagens estatutárias, os profissionais do ensino poderão receber, juntamente com os vencimentos do cargo, as seguintes gratificações:

- I - pelo exercício de funções diretivas;
- II - pelo trabalho com portadores de necessidades especiais;
- III - pela regência em classe de 1ª série do Ensino Fundamental;
- IV - pela regência em classe de aceleração de aprendizagem ou correção de fluxo.

CAPÍTULO III DA GRATIFICAÇÃO PELA FUNÇÃO DIRETIVA

Art. 32. Aos diretores de escola serão atribuídas Funções Gratificadas pelo exercício, identificadas pelos símbolos FGD-1, FGD-2, FGD-3 e FGD-4, constantes do Anexo IV deste Plano.

§ 1º. As FGD serão atribuídas de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento por ele dirigido.

§ 2º. A proporcionalidade da gratificação face ao número de alunos matriculados e com efetiva frequência pautar-se-á nos seguintes critérios:

- I - FGD-4: de 80 a 100 alunos;
- II - FGD-3: de 101 a 200 alunos;



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

III - FGD-2: de 201 a 400 alunos;

IV - FGD-1: acima de 400 alunos.

Art. 33. Aos diretores de creches serão atribuídas funções gratificadas pelo exercício, identificadas pelos símbolos: FGDC-1, FGDC-2, FGDC-3 e FGDC-4, constantes no anexo IV deste Plano.

§ 1º. As FGDC serão atribuídas de acordo com o número de alunos com efetiva frequência no estabelecimento por ele dirigido.

§ 2º. A proporcionalidade da gratificação face à frequência pautar-se-á nos seguintes critérios:

I - FGDC-4: até 50 alunos;

II - FGDC-3: de 51 a 100 alunos;

III - FGDC-2: de 101 a 200 alunos;

IV - FGDC-1: acima de 200 alunos.

Art. 34. As Funções Gratificadas de Direção, FGD e FGDC, serão atribuídas por ato do Chefe do Executivo, mediante indicação formulada pelo Secretário de Educação e Cultura.

CAPÍTULO IV **DA GRATIFICAÇÃO PELO TRABALHO** **COM PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Art. 35. O integrante do Quadro Próprio do Magistério em exercício de atividades especializadas de educação e reabilitação de portadores de necessidades especiais, de forma direta junto ao educando, perceberá gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor de seu vencimento básico de referência e padrão.

§ 1º. A gratificação, de que trata o caput deste artigo, será atribuída ao integrante do Quadro Próprio do Magistério que comprovar conclusão em estudos adicionais e ou especialização em Educação Especial.

§ 2º. São requisitos para o exercício de atividades de que trata o caput deste



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

artigo, por ordem de prioridade:

- I - maior grau de formação específica;
- II - maior tempo de efetivo exercício na função;
- III - maior tempo de serviço na rede municipal de educação.

§ 3º. A gratificação tornar-se-á sem efeito assim que esse profissional deixar de atuar de forma direta em educação especial.

CAPÍTULO V **DA REGÊNCIA DE CLASSE E DA GRATIFICAÇÃO** **NA 1ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Art. 36. São requisitos para atuar na 1ª série do Ensino Fundamental, por ordem de prioridade:

- I - maior tempo de serviço atuando na 1ª série do Ensino Fundamental;
- II - formação em Pedagogia;
- III - maior tempo de serviço na rede municipal de educação;
- IV - maior tempo de serviço na escola.

Art. 37. O integrante do QPM, em efetivo exercício e atuando em classe de 1ª série do Ensino Fundamental, terá uma gratificação de 12% (doze por cento), calculada sobre os seus vencimentos básicos.

§ 1º. Essa gratificação não será incorporada aos proventos quando da aposentadoria.

§ 2º. Haverá perda automática dessa gratificação quando o professor deixar de atuar na 1ª série do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VI **DA REGÊNCIA E DA GRATIFICAÇÃO EM CLASSE** **DE ACELERAÇÃO DE APRENDIZAGEM OU CORREÇÃO DE FLUXO**



Art. 38. O integrante do QPM que atuar em classe de aceleração de aprendizagem ou correção de fluxo terá uma gratificação de 20% (vinte por cento) calculada sobre os seus vencimentos básicos.

Parágrafo único. Ao término do projeto de aceleração de aprendizagem ou correção de fluxo, o professor perderá essa gratificação sem prejuízo de seus vencimentos básicos.

CAPÍTULO VII DOS VENCIMENTOS

Art. 39. A remuneração dos docentes contemplará níveis de titulação e progressão e será fixada em uma escala cujo ponto médio terá como referência o custo médio aluno/ano do sistema municipal.

Art. 40. Os vencimentos dos portadores de diploma de licenciatura plena não podem ultrapassar em mais de 40% (quarenta por cento) os vencimentos dos formados em nível médio.

Art. 41. O custo médio aluno/ano será calculado com base nos recursos que integram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, aos quais é adicionado o equivalente a 15% (quinze por cento) dos demais impostos municipais, tudo dividido pelo número de alunos do ensino fundamental regular, do sistema de ensino do Município.

Art. 42. O ponto médio da escala salarial corresponderá à média aritmética entre a menor e a maior remuneração possível dentro da carreira.

Art. 43. A remuneração média mensal dos docentes será equivalente ao custo médio aluno/ano, para uma função de 20 (vinte) horas-aula e 04 (quatro) horas-atividade, para uma relação média de 25 (vinte e cinco) alunos por professor, no sistema de ensino.

Parágrafo único. Não atingida essa média de 25 alunos, a remuneração média mensal reduzir-se-á na mesma proporção.

Art. 44. A remuneração dos docentes do ensino fundamental, estabelecida na forma do artigo anterior, constituirá referência para a remuneração dos professores da educação infantil.

CAPÍTULO VIII DA CAPACITAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

Art. 45. Fica institucionalizada como atividade permanente da administração direta do Poder Executivo a atualização dos profissionais da educação, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver mentalidade, hábitos e valores necessários ao digno exercício profissional e da função pública;

II - atualizar e qualificar o integrante do magistério para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o para obter os resultados desejados pela administração, de forma produtiva e com qualidade;

III - estimular o rendimento funcional, criando condições e propiciando constante aperfeiçoamento aos profissionais da educação.

Art. 46. A atualização profissional dar-se-á pela:

I - integração, com a finalidade de integrar o docente ao ambiente de trabalho, através da apresentação, da organização e do funcionamento do sistema público municipal e das técnicas de relações humanas;

II - formação, com o objetivo de dotar o profissional de maiores conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado;

III - adaptação, com a finalidade de preparar o docente para o exercício de sua função.

Art. 47. A atualização terá sempre caráter objetivo e prático e serão assegurados programas permanentes e regulares de aperfeiçoamento pessoal, ministrados e coordenados:

I - pela administração direta do Poder Executivo utilizando recursos humanos locais;

II - através da contratação de serviços com entidades e ou profissionais especializados dentro de áreas específicas do conhecimento pedagógico;

III - mediante o encaminhamento de servidores a instituições especializadas, sediadas ou não no município;

IV - através de educação à distância e semi-presencial, dirigidas



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

exclusivamente ao aperfeiçoamento do magistério.

Art. 48. As direções e chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de atualização e aperfeiçoamento:

I - identificando e estudando, no âmbito dos respectivos órgãos, as áreas carentes de atualização e estabelecendo programas prioritários;

II - facilitando a participação de seus funcionários nos programas de atualização e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular dos serviços;

III - desempenhando, dentro dos programas, atividades de instrutores de atualização;

IV - submetendo-se aos programas de atualização adequados às suas atribuições.

Art. 49. Compete à Secretaria Municipal de Administração, em coordenação com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a elaboração e o desenvolvimento dos programas de capacitação e aperfeiçoamento.

CAPÍTULO IX DOS RECURSOS

Art. 50. É garantido ao servidor do Magistério o direito de recorrer administrativamente do enquadramento determinado por esta Lei, no prazo de 90 (noventa dias), contados da data da publicação do respectivo ato, peticionando ao Secretário Municipal de Administração.

Parágrafo único. Da decisão do Secretário Municipal de Administração, caberá recurso a ser interposto no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência pessoal do resultado ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 51. Os enquadramentos feitos em desacordo com as normas estabelecidas neste Plano serão revistos de ofício pela Administração, quando constatada irregularidade, observando-se o prazo previsto no art. 50 desta Lei.

Art. 52. Fica criado em forma de abono, sem incorporação salarial, o crédito em conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, ao Professor, depois de garantidos 13º (décimo terceiro)



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

salário e 1/3 (um terço) de adicional de férias, no final do exercício.

CAPÍTULO X DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 53. Para o estabelecimento da jornada de trabalho do integrante do Quadro Próprio do Magistério, toma-se como referência a função docente: número de horas-aula equivalente à jornada escolar média dos alunos, acrescida de 20% (vinte por cento) de horas-atividade a serem desempenhadas no recinto escolar.

§ 1º. A jornada de trabalho mínima corresponde a uma função docente com 20 horas-aula e mais 4 horas-atividade.

§ 2º. Entende-se por hora-atividade aquela destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica do município.

Art. 54. A jornada de trabalho com 40 (quarenta) horas semanais só será admitida em casos de direito adquirido e corresponderá a 25% de horas-atividade, sendo 20 (vinte) horas-aula, 10 (dez) horas de contra-turno e 10 (dez) horas-atividade.

Parágrafo único. No caso previsto neste artigo, o profissional perceberá pelo segundo período 70% (setenta por cento) do valor do vencimento correspondente ao seu padrão de referência.

Art. 55. A jornada de trabalho no exercício da função diretiva será de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimento equivalente a duas vezes a jornada de trabalho mínima, de 24 horas semanais, além da função gratificada.

CAPÍTULO XI DO QUADRO EM EXTINÇÃO

Art. 56. O professor sem habilitação no ensino médio na modalidade Normal terá, a contar de 20/12/97, um prazo de 04 (quatro) anos para adquirir essa habilitação, passando desde já a constituir um quadro profissional em extinção.

§ 1º. Os profissionais que atuam em creches e pré-escolas, sem a habilitação mínima exigida, terão o prazo previsto neste artigo para adquiri-la, independente de seu



cargo de concurso.

§ 2º. Será assegurado o direito de formação ao servidor do magistério que não possuir a habilitação mínima.

§ 3º. O integrante do Quadro Próprio do Magistério sem habilitação mínima e que deixar expirar o prazo sem adquiri-la sujeitar-se-á à readaptação prevista no Estatuto do Magistério.

§ 4º. Os professores que adquirirem a habilitação mínima, de que trata este artigo, serão automaticamente enquadrados nos dispositivos desta Lei.

CAPÍTULO XII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 57. O município aplicará, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424/96, na remuneração do Magistério em efetivo exercício de suas atividades no Ensino Fundamental Público.

Parágrafo único. Um percentual equivalente a até 5% (cinco por cento) da parcela de recurso de que trata o caput deste artigo será utilizado, durante um prazo máximo de 04 (quatro) anos, em programas de capacitação de professores leigos.

Art. 58. O município poderá conceder prêmios e diplomas de Mérito Educacional selecionando, anualmente, os profissionais que se destacarem em decorrência do desenvolvimento de trabalho pedagógico, considerado de real valor para a elevação da qualidade do ensino.

Art. 59. Os direitos, deveres e demais prescrições que incidam sobre o servidor professor estão previstos nos seguintes diplomas legais, na ordem de vigência:

I - em primeiro lugar, no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga - Lei 784 de 20 de dezembro de 1996;

II - em segundo lugar, no Estatuto do Magistério do Município de Pitanga - Lei 785 de 23 de dezembro de 1996;

III - em terceiro lugar, no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, instituído pela presente Lei.



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

Art. 60. Em consequência do estatuído pelo artigo anterior, o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério não revoga os referidos estatutos, mas acrescenta dispositivos necessários ao cumprimento dos seguintes diplomas legais:

I - Constituição Federal - artigos 205 a 214;

II - Emenda Constitucional nº 14/96 de 12 de setembro de 1996;

III - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV - Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

V - Resolução nº 3 de 8 de outubro de 1997, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica.

Art. 61. O Executivo Municipal enviará dentro de 120 (cento e vinte) dias, ao Legislativo Municipal, projeto de lei contendo a reformulação e a adaptação completa do Estatuto do Magistério Público do Município, face ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério e demais preceitos estatuídos pela presente Lei.

Art. 62. Os integrantes do Quadro Próprio do Magistério passarão, após a publicação desta Lei, a constituir uma categoria ou classe diferenciada dos demais servidores públicos municipais, enquadrada em tabelas de padrões, níveis e vencimentos que lhes garantem a carreira e a manutenção de vencimentos progressivos, até a aposentadoria.

§ 1º. Em consequência, os profissionais do QPM não terão doravante acrescentados aos seus vencimentos mensais os valores referentes aos quinquênios, previstos em Estatuto.

§ 2º. Da mesma forma, os reajustes de vencimentos dos servidores públicos municipais, enquadrados em outras classes ou categorias, quando ocorrerem, não incidirão sobre os vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo único. Os reajustes dos integrantes do QPM ocorrerão sempre que as disponibilidades do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério o permitirem.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as



disposições em contrário.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º. Os profissionais da Educação em efetivo exercício, quando da publicação da presente Lei, serão enquadrados no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério num prazo máximo de 10 (dez) dias observados, entre outros, os direitos adquiridos e as exigências de habilitação profissional estabelecidas para enquadramento.

§ 1º. O Executivo Municipal baixará decreto, até 06 (seis) dias após a publicação desta Lei, regulamentando o processo de enquadramento de que trata o caput deste artigo.

§ 2º. Para dar cumprimento ao disposto no parágrafo anterior, será instituída a Comissão de Enquadramento com 06 (seis) membros, nomeada pelo Prefeito Municipal, e composta paritariamente por:

I - representantes da administração pública;

II - professores indicados pela categoria.

Art. 2º. Por força da Legislação Federal, especialmente a Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 que estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério a partir de 1º de janeiro de 1998, após a aprovação desta Lei e o enquadramento dos integrantes do QPM, fica autorizado o pagamento das diferenças de vencimento dos profissionais do Magistério retroativamente àquela data.

Art. 3º. O Município adotará as providências necessárias para, num prazo de 04 (quatro) anos, universalizar as exigências mínimas de formação para os docentes já em exercício no Magistério, previstas por esta Lei.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pitanga, em 25 de junho de 1998.


ALEXANDRE CARLOS BUCHMANN
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I DO AVANÇO FUNCIONAL

O integrante do Quadro Próprio do Magistério deve somar 120 (cento e vinte) créditos, sendo que 40 (quarenta) deles serão obtidos através de Declaração do Diretor da Escola, como mostra a tabela nº 1 e 80 (oitenta) créditos serão obtidos através de cursos de atualização, de acordo com a tabela nº 2:

TABELA Nº 1

Nº DE CRÉDITOS	CRITÉRIOS
10	Produtividade
10	Participação
10	Pontualidade
10	Assiduidade
40	TOTAL

TABELA Nº 2

Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
08	08 a 15 horas
15	16 a 23 horas
18	24 a 31 horas
20	32 a 39 horas
24	40 a 47 horas
28	48 a 55 horas
32	56 a 63 horas
36	64 a 71 horas
40	72 a 79 horas
44	80 a 87 horas
48	88 a 95 horas
52	96 a 101 horas
56	102 a 109 horas
60	110 a 117 horas
64	118 a 125 horas
68	126 a 133 horas
72	134 a 141 horas
76	142 a 150 horas
78	151 a 159 horas
80	160 horas – TOTAL



ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS PARA OS PROFESSORES

			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10	Nível 11	Nível 12	Nível 13
Formação Profissional	Padrão de Referência	Percentual de diferenciação	02 anos	03 anos	05 anos	07 anos	09 anos	11 anos	13 anos	15 anos	17 anos	19 anos	21 anos	23 anos	25 anos
Magistério	R-I	0%	208,22	218,63	229,56	241,04	253,09	265,74	279,03	292,98	307,63	323,01	339,16	356,12	373,93
Estudos Adicionais	R-II	5%	218,63	229,56	241,04	253,09	265,74	279,03	292,98	307,63	323,01	339,16	356,12	373,93	392,62
Licenciatura Curta	R-III	15%	239,45	251,42	263,99	277,19	291,05	305,60	320,88	336,93	353,78	371,47	390,04	409,54	430,02
Licenciatura Plena	R-IV	40%	291,50	306,08	321,38	337,45	354,32	372,04	390,64	410,18	430,69	452,22	474,83	498,57	523,50
Pós-Graduação	R-V	50%	312,33	327,94	344,34	361,56	379,63	398,62	418,55	439,47	461,45	484,52	508,75	534,19	560,89



ANEXO III

TABELA "A"

TABELA DE VENCIMENTOS PARA ASSESSOR TÉCNICO PEDAGÓGICO
(Atua na Secretaria Municipal de Educação e Cultura)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10	Nível 11	Nível 12	Nível 13	Nível 14	Nível 15
Padrão de Referência	02 anos	04 anos	06 anos	08 anos	10 anos	12 anos	14 anos	16 anos	18 anos	20 anos	22 anos	24 anos	26 anos	28 anos	30 anos
R-1	298,99	311,93	325,44	339,53	354,23	369,57	385,57	402,27	419,69	437,86	456,82	476,60	497,24	518,77	541,23
R-2	373,73	389,92	406,80	424,41	442,79	461,96	481,97	502,84	524,61	547,33	571,02	595,75	621,55	648,46	676,54
R-3	388,68	405,51	423,07	441,39	460,50	480,44	501,25	522,95	545,59	569,22	593,87	619,58	646,41	674,40	703,60

TABELA "B"

TABELA DE VENCIMENTOS PARA AUXILIAR ADMINISTRATIVO/EDUCAÇÃO
(Atua em secretaria de escola ou na Secretaria Municipal de Educação e Cultura)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10	Nível 11	Nível 12	Nível 13	Nível 14	Nível 15
Padrão de Referência	02 anos	04 anos	06 anos	08 anos	10 anos	12 anos	14 anos	16 anos	18 anos	20 anos	22 anos	24 anos	26 anos	28 anos	30 anos
R-1	298,99	307,95	317,19	326,71	336,51	346,61	357,00	367,71	378,75	390,11	401,81	413,87	426,28	439,07	452,24
R-2	373,73	384,94	396,49	408,38	420,63	433,25	446,25	459,64	473,42	487,63	502,26	517,32	532,84	548,83	565,30
R-3	388,68	400,34	412,35	424,72	437,46	450,58	464,10	488,03	492,36	507,13	522,35	538,02	554,16	570,78	587,90



MUNICÍPIO DE PITANGA

PRAÇA 28 DE JANEIRO, 171 - CAIXA POSTAL 11 - FONE: (042) 746-1122 - FAX: (042) 746-1172

ANEXO IV GRATIFICAÇÃO

FUNÇÃO DIRETIVA EM ESCOLA

SÍMBOLO	Nº DE ALUNOS	VALOR R\$
FGD-4	de 80 a 100	100,00
FGD-3	de 101 a 200	150,00
FGD-2	de 201 a 400	200,00
FGD-1	acima de 400	250,00

FUNÇÃO DIRETIVA EM CRECHE

SÍMBOLO	Nº DE ALUNOS	VALOR R\$
FGDC-4	até 50	50,00
FGDC-3	de 51 a 100	100,00
FGDC-2	de 101 a 200	150,00
FGDC-1	acima de 201	200,00